

Avaliação da missão de paz no Haiti de 2004 a 2005: uma proposta metodológica

Evaluation of the peace operation in Haiti from 2004 to 2005: a methodological proposal

Tamyá Rocha Rebelo

Resumo

O envolvimento das Nações Unidas em países ao redor do mundo se tornou mais freqüente à medida que Estados *per se* enfrentam problemas que não conseguem solucionar sozinhos. Para entender tais problemas, é necessário ir além das fronteiras estatais e levar em consideração o papel que as organizações internacionais desempenham. O Haiti, em particular, enfrenta problemas políticos e econômicos e, por isso, tem sido palco para operações de paz desde 1993. Assim, a análise da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah, est. 2004) e seus esforços para estabelecer um governo democrático são fundamentais. Este trabalho analisa os dois primeiros anos das atividades da Minustah. Para tanto, a primeira seção é dedicada à elaboração de um modelo que apresenta variáveis essenciais para um modelo “ideal” de operações de paz. A segunda parte é destinada a validar o modelo e, por isso, o estudo tomou por base outras duas operações, a Onumoz em Moçambique e a Unosom II na Somália. Por fim, baseado no modelo, o estudo finaliza com a avaliação da missão durante os dois primeiros anos de atividade. Usando esse método, foi possível verificar que a Minustah não alcançou os objetivos propostos ao final de 2005.

Palavras-chaves: Segurança internacional; Operações de paz; ONU; Haiti.

O Haiti divide uma pequena ilha com a República Dominicana, na região do Caribe, e a maioria das pessoas bem-educadas sabe muito pouco a respeito de sua história e cultura. O Haiti desviou-se de uma história romântica de ser a primeira república negra independente das Américas, para experimentar trinta anos de ditaduras lideradas por uma família tradicional, Duvalier, que ao fim e ao cabo levou o país a uma situação econômica deplorável. Os haitianos, de fato, nunca vivenciaram a democracia. A cultura da violência, característica das ditaduras, sempre foi mais familiar aos haitianos do que o conceito de democracia. Atualmente, constam no histórico do país trinta e cinco mudanças de governo, sendo a maioria delas por meio da violência.

A violência continua sendo uma constante na história haitiana. Em fevereiro de 2004, o presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, é deposto ao mesmo tempo em que explode uma crise política e social marcada por conflitos armados entre grupos políticos e rivais. Em meio a essa guerra civil, o Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou o envio de tropas ao Haiti para ajudar a estabilizar a nação haitiana, pavimentar o caminho para as eleições livres e, por fim, conduzir René Préval à presidência da República, em 2005. Apesar da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah) ter facilitado e apoiado as decisões do governo provisório, a missão não apresentou ganhos significativos durante os dois primeiros anos de sua atuação, a fim de reverter a situação caótica em que o país se encontrava (KRAUSE; MUGGAH, 2006, p. 129-140; EINSIEDEL; MALONE, 2006, p. 153-174, 2006).

Diferentemente do cenário de missões de paz consideradas tradicionais, o papel dos capacetes azuis no Haiti não é o de emitir resumos imparciais acerca do processo de implementação da paz nem o de supervisionar o cessar-fogo. No Haiti, o combate não possui linha de frente, uma vez que a maioria das forças rebeldes adota táticas de guerrilhas (KAWAGUTI, 2006, p. 5). Ainda, os soldados da ONU atuam em um país marcado pela pobreza e pela revolução, onde transporte, água, energia, alimento e segurança fazem parte das tarefas complicadas a serem cumpridas (KAWAGUTI, 2006, p. 2). O Haiti não é um caso clássico de operação de paz e os dois primeiros anos de atuação da ONU revelam seu caráter multidimensional.

Ao final de 2005, aproximadamente 7.000 soldados da ONU estavam presentes no Haiti tentando cumprir basicamente o mesmo mandato de operações anteriores. Apesar da presença de tropas e uma agressiva ofensiva militar para desestabilizar gangues armadas, a maior parte do país continuava ameaçada por grupos armados ilegais enquanto faltava ao Estado legitimidade e autoridade para impor a lei e restaurar o Estado de direito

(MUGGAH, 2005, p. 5-201). A conjuntura haitiana não revelava nenhuma mudança significativa do passado, e sucessivos distúrbios nos bairros mais pobres davam um desconfortável sentido de *déjà-vu*. Assim, como a maioria das operações de paz que estiveram no Haiti ao longo da década de 1990, Minustah falhou em cumprir os objetivos estipulados no seu mandato original ao final de 2005.

Com todos esses problemas, é surpreendente que a comunidade acadêmica não dê mais ênfase a esse país em particular. Sendo assim, é válido questionar: por que a operação de paz no Haiti é relevante a este estudo? Por que a Minustah atuou de forma insatisfatória no Haiti no período do início de 2004 ao fim de 2005? Em outras palavras, por que a operação falhou nos dois primeiros anos de sua atuação?

Por ser um país com uma história tão peculiar, é válido entender o porquê das sucessivas falhas das intervenções internacionais patrocinadas pela ONU. Ainda, é necessário entender por que a operação falhou a fim de evitar que os mesmos erros continuem ocorrendo. O Haiti é o país mais pobre das Américas, com o maior número de intervenções internacionais e o mais corrupto (KAWAGUTI, 2006, p. 4). É necessário analisar o que está dando errado para que seja possível estimular o desenvolvimento de críticas construtivas com o intuito de reverter à situação no país.

Nesse caso, este trabalho tomará por base a Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti, a fim de avaliar a atuação da ONU após os dois primeiros anos de ação em território haitiano. Este estudo problematiza que a missão falhou em cumprir os objetivos estipulados em seu mandato no período de 2004 a 2005, porque não apresentou os elementos fundamentais para que uma operação de paz seja bem-sucedida. Assim, minha hipótese é de que Minustah falhou porque não apresentou um mandato claro, legitimidade local, forte comando e força, e financiamento constante.

Qual o critério para o sucesso de uma operação de paz?

Para examinar os resultados positivos e negativos da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti no período anteriormente proposto, faz-se necessário um critério de avaliação. Contudo, na ausência de um consenso acerca de um modelo para tal análise, esse estudo tomará por base o trabalho da Rachel Gisselquists (2002), buscando sua simplicidade e generalidade. Assim, a proposta é a elaboração de um critério para examinar o sucesso de uma operação de paz, partindo do pressuposto de que existem elementos mínimos que se aplicam a toda e qualquer operação, independente do contexto ao qual ela se encontra.

Gisselquists destaca cinco elementos indispensáveis a uma operação de paz bem sucedida: decisão de intervenção, mandato, legitimidade e imparcialidade, comando e força e financiamento (GISSELQUIST, 2002, p. 1-44). Esse trabalho desenvolve os quatro últimos elementos ao defender que o sucesso de uma operação de paz depende das seguintes variáveis: mandato claro, legitimidade local, forte comando e força, e financiamento constante. Faz-se crucial ressaltar que o presente artigo utilizou os termos “sucesso” e “bem sucedida” relacionados ao nível de preparo da operação para lidar com as particularidades de um conflito intra-estatal.

O processo de seleção das variáveis definitivamente desconsidera alguns potenciais indicadores; contudo, para avaliar operações de paz é fundamental ter como referência um padrão de análise. A limitação da pesquisa é proposital e, por isso, para evitar trazer à tona problemáticas que não estejam relacionadas às variáveis propostas, a natureza do conflito não é considerada como determinante para o sucesso de uma operação de paz. Nesse sentido, esse estudo dedica-se brevemente ao histórico dos conflitos analisados com o intuito de familiarizar o leitor com o contexto ao qual a operação é inserida.

Posteriormente a uma breve descrição do que se espera de cada variável, o modelo será testado por meio da análise de duas operações de paz: a Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz) e a Segunda Operação das Nações Unidas na Somália (Unosom II). Apesar de esses casos serem diferentes em mandato e escopo, eles servem ao propósito dessa seção que é testar a validade do modelo. Finalmente, caso o modelo seja considerado válido, ele será aplicado à Minustah a fim de avaliar os dois primeiros anos de atuação da missão.

Dentre as variáveis destacadas como essenciais para o bom funcionamento de uma missão de paz, o mandato é a mais citada por autores conhecidos na literatura de *peacekeeping* (ver DIEHL, 1994; DUNCAN, 1997, p. 151-65; JOHANSEN, 2005, p. 307-10). Os mandatos são outorgados pelo CS e contêm os objetivos e estratégias que a missão deverá desempenhar no país em conflito. Pirnie e Simons (1996, p. 56) definem mandato como “what is expected from the parties and what the peace force is expected to accomplish”. Gisselquists (2002, p. 17) contribui à definição ao ressaltar que os mandatos devem ser “to do lists” e não “wish lists”.

Para servir ao seu propósito, o mandato deve ser bem estruturado, explica-se: definir termos vagos a fim reduzir a margem para diferentes interpretações e incluir um limite plausível à permanência da operação no país em conflito (GISSELQUIST, 2002, p. 1-44). Baseado no trabalho meticuloso apresentado por Paul Diehl (1993) sobre a avaliação de operações de paz é possível concluir que missões de paz bem sucedidas apresentaram um mandato bem estruturado e com objetivos claros.

O sucesso de operações de paz multidimensionais em conflitos intra-estatais não consiste apenas no cumprimento dos mandatos. Em função da própria natureza das missões, é indispensável mencionar a importância de “legitimidade local”. Por “legitimidade local” entende-se que as partes envolvidas no conflito devem aceitar a operação como um instrumento de manutenção da paz e não como uma ocupação internacional (GISSELQUIST, 2002, p. 4). Para tanto, é necessário que os soldados sejam considerados pelas partes envolvidas como neutros em relação às decisões tomadas no país em conflito. Assim, para que uma operação consiga atuar com o apoio local é fundamental que o mandato seja igualmente aplicado às partes para que dúvidas acerca da imparcialidade da operação não sejam suscitadas (GISSELQUIST, 2002, p. 18). Casos de violações aos direitos humanos perpetradas por *peacekeepers* também podem afetar a imagem da missão de paz, contribuindo para a perda de apoio dos civis que passarão a encobrir e apoiar as partes beligerantes em vez de se posicionarem a favor da intervenção de paz (HAWRYLAK; MALONE, 2005, p. 30-49).

Como uma organização internacional, a ONU não possui uma força militar própria e, por isso, Estados membros contribuem com o contingente adequado para compor uma operação de paz. Tendo em mente que os soldados da ONU são de países diferentes, a diversidade cultural e a variedade de métodos de treinamento podem ocasionar conflitos de interesses dentro da operação, dificultando a ação em campo. Para evitar esse tipo de problema, faz-se crucial a imposição de uma hierarquia de comando e força que deve ser respeitada a fim de que cada soldado esteja ciente da função que deverá desempenhar no país em conflito, evitando, assim, atrasos na deslocação das tropas e desavenças dentro do contingente.

À medida que missões de paz se tornam mais complexas e custosas, Estados membros tendem a investir pouco em operações que eles consideram de baixo interesse estratégico (STUART, 2006). Nesse sentido, Estados que financiam as operações podem parar de fazê-lo caso o país em conflito não seja considerado como um interesse vital para seu país ou caso eles não acreditem em um caminho viável para solucionar o conflito. Como não existe nenhum mecanismo de garantia a um financiamento constante, a operação depende da “boa vontade” das nações envolvidas.

Estudos de casos: a Onumoz em Moçambique, a Unosom II na Somália e a Minustah no Haiti

As próximas seções do trabalho discutirão a validade do modelo anteriormente proposto. Para isso, será útil apresentar um breve histórico dos países, seguido pela análise de cada variável (mandato claro, legitimidade local,

forte comando e força e financiamento constante). A proposta é identificar tais elementos em cada missão de paz e a presença de todos ou a maioria deles indicará que a operação obteve sucesso. Portanto, a validação do modelo dependerá dos resultados finais a serem encontrados.

Moçambique

Em 1962, Moçambique ainda estava sob o jugo da política colonial portuguesa e grupos nacionalistas uniram-se para formar a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), um movimento de caráter marxista-leninista contra o domínio colonial na região. O movimento sustentou-se por dez anos em função do apoio proveniente principalmente da União Soviética, como expressão de políticas da Guerra Fria (ALDEN, 1995, p. 103). Em 1974, depois de um golpe de Estado em Portugal, as autoridades portuguesas decidiram conceder a independência ao país, deixando-o sob a autoridade do Frelimo, que logo anunciou seus objetivos de modernizar e disciplinar o país seguindo o modelo socialista (DANREM, 2005, p. 5). No fim da década de 1970, os governos da Rodésia e posteriormente da África do Sul fomentaram e financiaram a formação de um movimento contra o governo moçambicano, a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

Iniciava-se uma guerra civil que duraria quatorze anos e que ao fim deixaria o país com a economia devastada. A guerra se alastrou pela década de 1980 e enquanto o governo moçambicano se equipava militarmente de acordo com o estilo soviético (tanques e artilharias), os insurgentes lutavam com táticas superiores, moral e espírito (WEISTEIN, 2002, p. 9). Ao final da década, a União Soviética, que enfrentava problemas domésticos, cortou assistência financeira ao governo de Moçambique. Além disso, Renamo tinha pouca ajuda externa e construía fama por seus atos violentos (WEISTEIN, 2002, p. 11). O impasse atingido e o fim da Guerra Fria contribuíram para a manutenção de uma atmosfera propícia à assinatura de um acordo de paz entre as partes beligerantes.

Finalmente, em 1992, Sr. Joaquim Alberto Chissano, presidente de Moçambique, e Sr. Afonso Dhlakama, presidente do Renamo, assinaram o Acordo Geral de Paz, enumerando os princípios que pautariam dali em diante a paz entre as partes envolvidas no conflito. Contudo, diante das dificuldades de colocar em prática os elementos estipulados no Acordo e a forte desconfiança que ainda existia, as partes envolvidas pediram à ONU que supervisionasse a implementação do acordo. Dessa forma, em 1993, a Operação das Nações Unidas em Moçambique foi estabelecida. Após dois anos de operações, Onumoz terminou seu mandato com êxito e se retirou

do país com o reconhecimento oficial da ONU de uma missão de paz bem-sucedida.

Segundo Jeremy Weinstein (2002), o mandato da Onumoz foi relativamente complexo, envolvendo quatro questões principais: monitorar o cessar-fogo, desmobilizar as gangues locais, apoiar a primeira eleição multipartidária e a assistência humanitária. É possível verificar que o mandato mesclava questões políticas, humanitárias e de segurança, tornando difícil sua aplicabilidade; contudo, o mandato era bem organizado, de forma que envolveu objetivos claros e data específica para a retirada das tropas do país (DANREM, 2005, p. 8). Apesar da Onumoz não ter cumprido a data previamente estipulada para a retirada do contingente, a indicação de um prazo específico para o término da operação é indispensável, pois estabelece um limite para que as metas sejam alcançadas e com isso incentiva o cumprimento das tarefas. Em suma, o CS outorgou um mandato bem estruturado, o que permitiu o cumprimento dos objetivos na sua íntegra.

Outro aspecto a ser ressaltado, intimamente ligado ao cumprimento satisfatório das metas contidas no mandato, é o fato de que as partes beligerantes aceitaram a Onumoz como um instrumento legítimo para supervisionar a implementação do Acordo Geral (HALIM, 1997, p. 35). Tal fato deu à organização, antes mesmo da sua chegada ao país, legitimidade para atuar de forma imparcial. Renamo e Frelimo reconheceram a imparcialidade da operação e acataram todas as decisões que a eles foram impostas pela Onumoz para galgar a paz (HALIM, 1997, p. 35). A legitimidade que as partes depositaram na organização foi essencial para que o mandato fosse aplicado igualmente entre as partes.

Para aplicar imparcialmente o mandato, o CS aprovou uma força de aproximadamente 7.000 tropas para atuar no país. Esse amplo e diversificado contingente acarretou em atrasos na chegada de forças militares da ONU. A operação foi completamente enviada oito meses depois da implementação do Acordo de Paz (DANREM, 2005, p. 4). Os oficiais da ONU, Erskine Childers e Brian Urquhart (1994), ressaltam que o atraso na mobilização de forças poderia ter gerado tensões e, como consequência, escalado a violência na ausência de forças da ONU. Entretanto, apesar das dificuldades habituais e das demoras associadas à colocação no terreno dos contingentes de *peacekeeping*, Diane Faires faz alusão à liderança e à coordenação de uma força militar como elementos-chaves para o sucesso da operação (FAIRES, 2005).

O alto nível de coordenação também pode ser comprovado, ao examinar o gerenciamento de recursos pela missão. O CS transformou a Onumoz no centro de uma rede de distribuição de doações internacionais. A assiduidade

com que os doadores enviaram contribuições foi fundamental para que a organização administrasse investimentos de forma a estimular a desmobilização de soldados e criar uma nova força nacional composta por indivíduos representantes do Renamo e do Frelimo (WEISTEIN, 2002, p. 9). Ainda, a missão usufruiu dos recursos constantes para elevar o Renamo à condição de partido político, dando ao movimento a chance real de competir em eleições multipartidárias (HALIM, 1997, p. 76). Sendo assim, a ajuda externa permitiu a manutenção de uma atmosfera propícia ao cumprimento do Acordo Geral.

Somália

A queda de Siade Barre propiciou o surgimento de vários clãs na Somália. “Cada clã ou subclã passou a organizar-se também em milícias armadas, com maior ou menor poder de fogo e a lutar pelo controle de determinada região ou extensão de terra.” (SILVA, 2003, p. 3) Essa divisão interna enfraqueceu a tentativa de estabelecimento de uma única liderança política, que seria a responsável pela restauração das instituições estatais somalis (SILVA, 2003, p. 4). O país entrou em guerra civil na metade de 1991, o que ocasionou a morte de 10 milhões de civis. A fome, que se alastrou inicialmente pelo território somali, também teve como causa o deslocamento das guerrilhas. É nesse cenário de caos, desespero social e emergência humanitária que a ONU iniciou os esforços para intervir.

O desenvolvimento de uma força de 550 paquistaneses sob o comando da ONU na metade de 1992, denominada Operações das Nações Unidas na Somália (Unosom I), fez muito pouco e acabou operando com o consentimento dos principais líderes guerrilheiros da Somália (BROWN, 1994). Quando os Estados Unidos resolveram se mobilizar para a causa na Somália, a mídia já explorava as imagens do povo somali humilhado, entregue à violência, à miséria e à fome. A pressão da opinião pública internacional e norte-americana levou os EUA a liderarem os esforços no Conselho de Segurança para a formação da Unified Task Force, a Unitaf, que ganhou a alcunha de “Operation Restore Hope”. A Unitaf atingiu o seu objetivo de proteção humanitária, pôs fim à pior parte da guerra civil com poucas perdas, e foi substituída pela Operação da ONU na Somália (Unosom II) em maio de 1993.

Na última quinzena de maio, a situação na Somália voltou a se desintegrar. As tensões aumentavam na mesma proporção em que a implementação do acordo perdia força. Os líderes faccionários passaram a agir unilateralmente, procurando consolidar posições e aumentar o poder político (SILVA, 2003, p. 22). Em cinco de junho, um grupo armado de somalis emboscou uma tropa paquistanesa da ONU matando mais de 20 capacetes azuis. O CS

condenou veementemente o ataque armado sem provocação e autorizou o uso de todos os meios necessários contra todos os envolvidos e atribuindo responsabilidade a forças supostamente lideradas por Aideed.

Em outubro de 1993, tropas dos EUA fizeram um ataque ao local onde aparentemente estaria ocorrendo uma reunião de indivíduos ligados à Aideed. As forças dos EUA foram facilmente cercadas, numa emboscada que resultou em mortes de norte-americanos e de representantes da ONU. Em questão de horas, agências internacionais mostravam as imagens dos corpos dos soldados norte-americanos sendo arrastado pelas ruas de Mogadíscio, capital do país (BROWN, 1994, p. 230). Para arrefecer a grande pressão pública, o presidente Bill Clinton anunciou a retirada de todo o efetivo norte-americano.

No fim de março de 1994, “um acordo foi assinado entre dois líderes somalis, Ali Mahdi e Aideed, prevendo o desarmamento urgente e o fim da violência como condições para a reconstrução do país” (SILVA, 2003, p. 24). Além disso, foi acertada uma nova rodada de negociações que levou à revisão do mandato da Unosom II de “peace-enforcement” para “peacekeeping”, além de diminuir o seu efetivo para 22 mil homens (PERITO, 2002, p. 33; SILVA, 2003, p. 25). Aos poucos as ruas das cidades voltaram a se deparar com seqüestros e assassinatos promovidos pelas milícias locais. As forças da ONU raramente atuavam fora das áreas mais próximas, tamanha era a situação caótica que se alastrava pela região. As ONGs foram obrigadas a se retirar por falta de segurança (SILVA, 2003, p. 25). Em setembro de 1994 a ONU anunciou formalmente o fim da Segunda Operação na Somália.

De acordo com o documento *Comprehensive Report on Lessons Learned from United Nations Operations in Somalia* (1995), o mandato da Unosom II foi vago, amplo e contraditório. O mandato incluía o estabelecimento de um ambiente seguro para a assistência humanitária e apoio político para reconciliação entre as facções. Contudo, depois da emboscada aos soldados paquistaneses, o CS aprovou a retificação do mandato com o propósito de incluir a captura do General Mohammed Farah Aideed. A missão foi prejudicada pela emissão de diferentes mandatos durante o processo de paz, deixando espaço para ambigüidade e desentendimentos acerca dos objetivos a serem cumpridos pelas forças que atuavam em campo. A ONU reconheceu que os mandatos não foram suficientemente claros, e como consequência não foi possível transformá-lo em um plano operacional.

Para manter a paz que é tipicamente precária, é necessário convencer as partes em conflito da absoluta imparcialidade dos mantenedores da paz. Além do fato de que a missão se desvirtuou de seus propósitos humanitários

para capturar Aideed, a ONU, numa decisão equivocada, prestigiou os líderes clânicos em detrimento dos representantes da sociedade civil nas discussões sobre a reconstrução do Estado somali (PERITO, 2002, p. 35). Contraditoriamente, os líderes armados e beligerantes foram alçados à condição de políticos e a eles foram dadas as prerrogativas de decidir sobre o futuro do país (SILVA, 2003, p. 25). Ainda, vale a pena ressaltar que as Nações Unidas não levaram em conta que a própria cultura somali já possuía um mecanismo de resolução de conflitos, a *shir*, que não foi implementada pelo organismo multilateral.¹ Dessa forma, a Unosom II não foi reconhecida como uma operação legítima pela população local, que passou a considerá-la mais como uma força de ocupação do que como uma instituição comprometida com a paz (WOODWARD, 2006, p. 26).

A imparcialidade da Unosom II também foi contestada no âmbito interno da própria operação. Muitos soldados reclamaram sobre as ordens confusas e imparciais impostas a eles pelos seus superiores (PERITO, 2002, p. 37). Eles alegam que não foram consultados durante os processos de alterações dos mandatos, e como resultado obtiveram diferentes interpretações acerca do papel que deveriam desempenhar durante o período de operações em território somali (PERITO, 2002, p. 37).

Segundo o *Comprehensive Report on Lessons Learned from United Nations Operations in Somalia* (1995), os soldados estavam cientes da crise instaurada no país; contudo, sua seriedade e magnitude, em termos humanitários, não eram completamente entendidas. Ainda, alguns contingentes começaram a seguir ordens de seus países de origem, dado o atraso de informações em vista da complexa burocracia do sistema ONU. A situação chegou a tal ponto que os países que contribuíam com tropas decidiam quais ações seus soldados poderiam ou não desempenhar. Na Unosom II não existia unidade entre os componentes da operação nem um planejamento organizacional para produzir e gerenciar um plano coordenado de restauração do governo civil na Somália.

A falta de coordenação e planejamento foi verificada em todos os níveis da operação. Unosom II não tinha capacidade militar nem organizacional para produzir e implementar um plano coordenado para reerguer o Estado somali (WOODWARD, 2006, p. 27). Os doadores internacionais não colaboraram por longos períodos de tempo alegando que não possuíam fundos;

¹ Por *shir* entende-se “uma estrutura tradicional de resolução de conflitos que reúne todos os homens adultos dos clãs, subclãs e subgrupos, sendo proibidos a presença de mulheres, jovens, crianças e guerreiros de sangue quente” (SILVA, 2003, p. 67).

contudo, o conflito na Somália poderia facilmente ser considerado de baixo interesse estratégico. Assim que os Estados Unidos, pressionados pela população doméstica, retiraram tropas e apoio financeiro da Somália, a missão entrou em colapso.

Um resumo dos resultados até então indica que, dentro do modelo proposto, a Onumoz é considerada uma operação de paz bem-sucedida, porque apresentou todos os componentes necessários para o sucesso de uma operação. Por outro lado, Unosom II é um fracasso, porque não apresentou nenhum dos elementos citados. É possível atestar que o modelo proposto foi validado com êxito (ver QUADRO 1).

QUADRO 1

Variáveis	Missão	Onumoz Sucesso	Unosom II Fracasso
Mandato claro		X	—
Legitimidade local		X	—
Forte Comando e Força		X	—
Financiamento constante		X	—

Haiti

Jean-Bertrand Aristide, um padre católico, tomou posse em 1991 como o primeiro presidente haitiano eleito pelo voto direto. Contudo, sete meses depois, os militares o retiraram do poder por meio de um golpe de Estado, liderado pelo general Raoul Cédras. No dia seguinte ao golpe, norte-americanos e franceses protestaram com a suspensão da ajuda econômica e militar ao país, exigindo a volta de Aristide ao poder.

Para forçar a saída de Cédras, a ONU estabeleceu um embargo de armas e petróleo ao país. O general aceitou negociar, permitindo a entrada da primeira missão de paz, a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH). O objetivo era modernizar as forças militares e criar uma polícia nacional haitiana (PNH). Contudo, quatro meses depois, Cédras desistiu das negociações e inviabilizou o retorno do presidente deposto. Como resposta, a ONU ordenou a volta do embargo e a retirada da UNMIH do Haiti.

Frente a uma situação sem progresso, em 1994, o embargo de armas e petróleo foi transformado em embargo total pelas Nações Unidas. O Haiti, eminentemente agrário e dependente de importações, poderia receber do exterior apenas alimentos, medicamentos e livros. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também bloqueou os vôos comerciais para o país.

Como consequência desse ato, todos os funcionários da ONU e da OEA foram expulsos do país (KAWAGUTI, 2006, p. 28).

Levando em consideração os acontecimentos anteriores, o CS autorizou o envio de uma Força Multinacional Interina (MIF), liderada pelos Estados Unidos. Assim que a MIF retirasse os militares haitianos do poder, a ONU enviaria uma missão de paz ao país. Em setembro, Cédras cedeu às pressões externas e barganhou sua retirada do poder, abrindo caminho para o retorno de Aristide. Com o respaldo norte-americano, o presidente conseguiu concluir seu mandato em 1996, passando o cargo para René Préval, na primeira transição democrática de poder no país.

Nessa nova conjuntura, o CS decidiu autorizar o envio de uma segunda operação, a Missão das Nações Unidas de Suporte ao Haiti (UNSMIH) com a intenção de ajudar na reconstrução econômica e institucional do país e profissionalizar a PNH. A dissolução de poder legislativo e as suspeitas de que o presidente desejava implantar um regime ditatorial mostravam que o Haiti estava longe de alcançar a estabilidade (DANREM, 2005, p. 20). Assim, após o término do mandato da UNSMIH, a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH) foi enviada com o objetivo de continuar o trabalho da missão anterior até novembro de 1996. Um mês depois, a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas desembarcava no Haiti (MIPONUH), com a intenção de treinar a PHN até o fim do mandato de Préval.

Após essa série de operações, eleições foram levadas a cabo no país em 2001, e Aristide foi eleito pela segunda vez, porém assumiu a presidência com acusações graves de fraude eleitoral. Jean-Bertrand Aristide se sustentou no poder até o final de 2003, quando manifestações que o acusavam de fraude, corrupção e envolvimento com o tráfico de drogas estouraram pelo país. O movimento de oposição era formado por uma combinação de estudantes, empresários, profissionais liberais, políticos da elite conservadora do país e militares, mostrando que a insatisfação era generalizada.

Em janeiro de 2004, o governo do então Presidente Aristide entrava em colapso. Em poucos dias, os insurgentes tomaram as principais cidades do norte. Cercado por rebeldes, que ameaçavam invadir Porto Príncipe, capital do país, e pressionado pelos Estados Unidos e pela França, Aristide renunciou e logo em seguida foi estabelecido um governo interino. A situação do Haiti só piorou desde então. Os insurgentes tomaram as principais cidades do norte, e favelas como Bel Air e Cité Soleil tornaram-se o refúgio da resistência que adotou o mecanismo de tática de guerrilhas.

Em 1º de junho de 2004, soldados brasileiros lideravam a força principal da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah), que foi estabelecida por um período inicial de seis meses.

O mandato expedido pelo CS em abril de 2004 concedeu à Minustah as seguintes tarefas: ajudar a estabilizar e garantir a segurança da nação haitiana, pavimentar o caminho para as eleições livres e, por fim, garantir o respeito aos direitos humanos. O mandato tem sido criticado por analistas internacionais e especialistas no sistema ONU por não estar bem estruturado para lidar com uma situação que envolve problemas como falta de água, energia e transporte. Em linhas gerais, duas críticas são levantadas em relação ao mandato: não apresentou data específica para retirada das tropas do país e envolveu objetivos amplos (KRAUSE; MUGGAH, 2006, p. 129-140).

A primeira crítica deve-se à falta de clareza em relação à data de retirada das tropas do Haiti. De acordo com as Nações Unidas, a Minustah foi criada para atuar por um período inicial de seis meses, porém com a intenção de ser renovada por novos períodos. Desde a concepção da operação, o prazo para o término das atividades no Haiti tem sido sucessivamente estendido e ao final de 2005 passara por três renovações (KRAUSE; MUGGAH, 2006, p. 3). Tal fato demonstra que a ONU superestimou o nível de preparo da operação para lidar com a precária situação no Haiti em um curto período de tempo.

A segunda crítica está relacionada à dificuldade de definir quais tarefas cotidianas podem ou não ser desempenhadas pelos soldados da ONU, dado os termos gerais contidos no mandato. Dessa forma, é válido questionar: “Deveriam os *peacekeepers* prover alimentação adequada, recolher o lixo e construir estradas?”; “Até que ponto os soldados podem justificar seu envolvimento em questões pontuais baseando-se no mandato?”. A falta de clareza dá margem para diferentes interpretações acerca dos termos expostos no documento da ONU. Assim sendo, o mandato deve ser mais específico no que tange às metas a serem cumpridas, estabelecendo até que ponto os soldados podem se envolver com questões cotidianas sem transgredir as normas da organização.

O fracasso inicial da operação em galgar os objetivos básicos propostos no mandato da missão era documentado em diversos relatórios elaborados por organizações não governamentais. De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH), houve uma escalada de violência armada direcionada contra a população haitiana durante o período de 2004 a 2005.²

Com estatísticas apontando mais de 1.600 mortes violentas registradas desde o início de 2004, ficou perceptível que o número de pessoas baleadas e

² ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Failed justice or the rule of law? Challenges ahead for Haiti and the international community*. Disponível em: <<http://www.oas.org>>. Acesso em: 7 maio 2007.

mortas depois da chegada da Minustah era tão alto quanto antes da intervenção da ONU (MUGGAH, 2006, p. 7). Além disso, de acordo com os registros mantidos pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, pelo menos setecentos indivíduos morreram como consequência de conflitos intencionais entre setembro de 2003 a dezembro de 2004 (KRAUSE; MUGGAH, 2006, p. 17).

Adicionalmente, a Anistia Internacional preparou um relatório no qual acusa a Polícia Nacional Haitiana de ser um dos principais agentes de violações aos direitos humanos. As acusações baseiam-se no uso excessivo da força contra as manifestações pacíficas e violações sexuais contra a população civil.³ Além das críticas suscitadas contra a PNH, o Relatório também faz menção à omissão da operação de paz na investigação de abusos cometidos pela polícia haitiana e às denúncias contra a própria Minustah sobre o uso da força militar contra civis. Levando em consideração os fatos anteriormente expostos, é possível atestar que a Minustah não garantiu a proteção aos direitos humanos.

Nesse cenário de caos não existia autoridade estatal, considerada legítima pela população, capaz de usar o monopólio do uso da força para impor a ordem no país. Com o afastamento do ex-Presidente Aristide, um governo provisório foi estabelecido, porém a população local, especialmente os partidos políticos pró-Aristide, desconsiderava a autoridade do governo (EINSIEDEL; MALONE, 2006, p. 45). Como não existia uma atmosfera propícia à liberdade de expressão, as eleições, inicialmente agendadas para o início de 2005, foram adiadas.

Portanto, ao final de 2005 foi possível constatar que a missão foi ineficiente na promoção da estabilidade política e social no país, na proteção aos direitos humanos e no auxílio ao processo eleitoral, sendo esses os objetivos amplos e complexos expostos no mandato.

Como consequência direta do não-cumprimento do mandato, os *peacekeepers* foram perdendo a legitimidade local para promover a paz, e depois de dois anos de operações sem resultados significativos a missão começou a ser tachada de força de ocupação (MUGGAH, 2006, p. 8). Não obstante o fato de que as primeiras tropas da ONU foram bem recebidas pelos haitianos, a imparcialidade, as violações aos direitos humanos e a ineficiência ao lidar com desastres naturais levaram a população a questionar a legitimidade das reais intenções dos soldados internacionais (BAUER, 2007).

³ ANISTIA INTERNACIONAL. **Haiti**: the call for tough arms controls. Voices from Haiti. Publicado em janeiro de 2006. Disponível em: <http://web.amnesty.org/library/Index/ENGAMR360012006>. Acesso em: 6 maio 2007.

Cabe introduzir nessa abordagem que a Minustah opera em um país debilitado pela guerra civil urbana, e os confrontos com rebeldes ocorrem em favelas e bairros pobres das cidades. Os *peacekeepers*, respaldados pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, podem usufruir da força armada em sua defesa, porém a utilização de armas de fogo em confronto aberto pode ocasionar “efeitos colaterais”, ou seja, a morte de civis. Disso decorre que a população local passa a questionar a legitimidade da missão, considerando-a mais como uma força de ocupação do que como uma instituição comprometida com a paz.

Ainda não há registros oficiais de declarações de haitianos que consideram a Minustah como uma força de ocupação; contudo, ao final de 2005, soldados da ONU começaram a questionar a inexistência da baixa entre os rebeldes depois dos confrontos em favelas. A principal hipótese residiu no fato de que a própria população recolhia armas e rebeldes feridos, tornando a contagem de mortos cada vez mais difícil (KAWAGUTI, 2006, p. 52). Fica claro, portanto, que os civis passaram a favorecer a resistência armada em detrimento da Minustah.

A delicada situação no país se agravou ainda mais em setembro de 2004, com a chegada do furacão Jeanne, que matou quase 4 mil pessoas no Haiti. Além da falta de água potável e de comida, a possibilidade de surgimento de doenças, como a leptospirose e a cólera, começaram a inquietar a ONU. Os soldados não estavam preparados para lidar com esse desastre natural e muitos evitaram dar assistência por considerar perigoso e fora do escopo de sua atuação (BAUER, 2007).

Houve uma nítida dificuldade, por parte dos *peacekeepers*, em ir além das atribuições cotidianas para ajudar a população desesperada de fome e medo. Como resultado, grupos de oposição ao ex-Presidente Aristide, que inicialmente apoiaram a Minustah e a autoridade do governo provisório, abandonaram os esforços de cooperação em decorrência da ineficácia da Minustah em prover assistência aos haitianos (KAWAGUTI, 2006, p. 56).

Cabe lembrar que se tem tornado necessário enviar tropas de um número cada vez maior de países, o que tem provocado inevitáveis problemas derivados de diferença nos padrões, na preparação e treinamento, na disciplina, no equipamento e no suporte logístico. A ONU aprovou inicialmente uma força de 6,5 mil soldados para atuar no Haiti; contudo, indefinições acerca de quantas tropas estariam em campo e quando elas chegariam comprometeu a seriedade da missão antes mesmo do início das operações. Num território sem infra-estrutura, a falta de informação e de pessoal dificultou o

trabalho de toda a equipe que deveria lidar com os problemas logísticos de recepção de companheiros (BAUER, 2007).

Há quarenta oficiais de diversos Exércitos do mundo (seis do Brasil), que compõem o Estado Maior da missão, reunidos aqui em Porto Príncipe, mas nem todos os países representados aqui vão necessariamente contribuir com tropas. Pelo que sabemos aqui, isto ainda está sendo negociado, comentou um dos participantes das reuniões que acontecem em um hotel no bairro de Petionville, a área mais cara da capital haitiana. (KAWAGUTI, 2006, p. 46)

Os primeiros militares a desembarcarem foram os brasileiros, no dia 1º de junho, e “as informações sobre a chegada de novos soldados se mostravam inconsistentes, sugerindo certa confusão” (KAWAGUTI, 2006, p. 46). A missão ficou sem uma liderança forte desde o seu estágio inicial pela falta de planejamento prévio para coordenar e controlar os diversos contingentes de forma satisfatória. Ainda, a tarefa ficou mais complicada com o fato de que nos meses iniciais, os capacetes azuis tiveram que cobrir uma área de quase 30 mil quilômetros quadrados com apenas algumas centenas de soldados internacionais (KAWAGUTI, 2006, p. 47).

Apesar dos atrasos na chegada dos contingentes terem sido sanados logo depois dos primeiros meses, a missão já estava seriamente comprometida com os problemas decorrentes da falta de comando e força. Em janeiro de 2006, o General Urano Teixeira da Matta Bacellar, chefe da Força de Comando da Minustah desde setembro de 2005, foi encontrado morto com uma bala na cabeça. O acontecimento causou repercussões internacionais, e tanto a ONU quanto o governo brasileiro reconheceram que a causa da morte foi suicídio (KRAUSE; MUGGAH, 2006, p. 129-140). Meses antes de sua morte, Bacellar concedeu entrevistas alegando que a situação do país estava caótica e que a operação não conseguia cumprir seus objetivos, como garantir a segurança e promover eleições gerais (EINSIEDEL; MALONE, 2006). Ao fim e ao cabo, a Minustah não apresentou regras bem detalhadas de comando e um forte comando para liderar o contingente ao final de 2005.

O financiamento constante, assim como os contingentes enviados ao Haiti, dependeu da boa vontade das nações envolvidas. Sendo assim, durante a conferência do Banco Mundial em julho de 2004, doadores internacionais prometeram mais de um bilhão de dólares para reconstruir o Estado haitiano. Contudo, nove meses após a conferência, as doações não chegavam nem a 80% do que tinha sido prometido (DANREM, 2005, p. 12). Sem recursos adequados, a missão não tinha como colocar em prática as tarefas

básicas do mandato e lidar com os imprevistos inerentes a um conflito multidimensional.

Não obstante a falta de um grande volume de doações, a ajuda internacional, principalmente dos EUA, se manteve constante. Dentre os vários motivos que levam os EUA a financiarem a operação, cabe a este estudo ressaltar que com o caos político e social instaurado na região do Caribe, os haitianos imigram ilegalmente para território norte-americano, tornando-se um problema político para a potência do Norte.

Ainda, um estudo feito pelo US Government Accountability Office (GAO) estimou que custaria ao país aproximadamente duas vezes mais do que é gasto com a ONU para conduzir uma operação americana similar a Minustah. Os norte-americanos gastariam \$876 milhões comparados aos \$428 milhões incluídos no orçamento da ONU, para os primeiros 14 meses da missão.⁴ Sendo assim, apoiar financeiramente a operação de *peacekeeping* em vez da intervenção unilateral no Haiti é preferível aos EUA, já que seus interesses estão em jogo. A contribuição norte-americana foi essencial para que a operação continuasse em território haitiano, mesmo com os problemas de estrutura e funcionamento discutidos anteriormente.

Conclusão

Após a validação do modelo, foi possível aplicá-lo à Minustah a fim de examinar os dois primeiros anos de sua atuação. O resultado final da pesquisa é que a Minustah falhou em cumprir os objetivos estipulados em seu mandato ao final de 2005. Em outras palavras, a operação falhou porque não apresentou os elementos necessários para o sucesso de uma missão de paz, como mandato claro, legitimidade local e forte comando e força. Apesar de ter sido possível atestar que o financiamento sempre foi constante, isso não bastou para que a operação tivesse um desempenho satisfatório. É importante atestar que tal argumento não é baseado apenas em fatos, como também pautado pelo modelo anteriormente testado.

O quadro abaixo aponta que a Minustah falhou após os dois primeiros anos de sua atuação, porque não apresentou a maioria dos componentes necessários para o sucesso de uma operação de paz. Dessa forma, a operação não estava bem preparada para lidar com as problemáticas concernentes à situação caótica no Haiti (ver QUADRO 2).

⁴ UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE PEACEKEEPING. Cost comparison of actual UN and hypothetical U.S. operations in Haiti. Report to the subcommittee on oversight and investigations, committee on international relations, house of representatives, GAO-06-331, 2006. Disponível em: <<http://www.gao.gov>>. Acesso em: 15 set. 2007.

QUADRO 2

Variáveis \ Missão	Onumoz Sucesso	Unosom II Fracasso	Minustah Fracasso
Mandato claro	X	—	—
Legitimidade local	X	—	—
Forte Comando e Força	X	—	—
Financiamento constante	X	—	X

O início de 2006 foi caracterizado pela eleição de René Préval à presidência do Haiti. A partir desse momento, não só o governo passou por transformações como também a Minustah (KAWAGUTI, 2006, p. 180). Houve um esforço grande no tocante à preparação dos soldados que estavam sendo enviados ao Haiti com o intuito de aumentar a preparação dos futuros combatentes. Ainda, a operação passou a investir em *workshops* a fim de fortalecer a relação da comunidade local com os *peacekeepers*.

Recentemente, declarações de especialistas no conflito haitiano e de lideranças políticas de países como Estados Unidos e Brasil refletem que a situação no país tende a melhorar. Desse modo, a hipótese defendida neste trabalho é novamente validada, pois, à medida que “forte comando e força” e “legitimidade local” são fortalecidos, resultados positivos são atrelados à atuação da operação. Em suma, para que uma operação seja bem-sucedida, ou seja, esteja bem preparada para lidar com conflitos intra-estatais ela deverá apresentar: mandato claro, legitimidade local, forte comando e força e financiamento constante.

Ao final de 2005, mídia, organizações não governamentais e *think tanks* criticavam a atuação da Minustah; contudo, não havia um embasamento teórico que permitisse que tais conclusões pudessem ser discutidas no âmbito acadêmico. Espera-se com este trabalho contribuir ao estudo de segurança internacional e comprovar por meio de um modelo que, para que uma operação seja bem-sucedida e consiga cumprir os objetivos estipulados em seu mandato, ela necessita de elementos mínimos e indispensáveis, aplicáveis a qualquer operação de paz.

Abstract

The United Nations' involvement in countries' around the world has become more frequent as states *per se* are facing problems that they cannot solve on their own. To understand those questions, it is necessary to go beyond states' boundaries and take into account the role of international organizations. Haiti in particular faces political, economic and social problems, and due to this, has been a stage for peacekeeping operations since 1993. Thus, an analysis of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (Minustah, est. 2004) and its efforts to establish a Haitian democratic government is fundamental. This paper aims to study the first two years of Minustah's activities on the ground. For such, the first section elaborates a model that describes the key variables of an "ideal" model of peacekeeping operations. In order to test the model, the second part presents an examination of two other peacekeeping operations: Onumoz, in Mozambique, and Unosom II, in Somalia. Finally, based on the model, the paper ends with an overall assessment of the mission during the first two years of its activities. As a conclusion, it becomes evident that Minustah failed to achieve the goals proposed by the end of 2005.

Key words: International security; Peace operations; United Nations; Haiti.

Referências

ALDEN, C. **The UN and the resolution of conflict in Mozambique.** *The Journal of Modern African Studies*, v. 33, n. 1, p. 103-128, 1995.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Haiti: the call for tough arms controls.** Voices from Haiti. Publicado em: janeiro de 2006. Disponível em: <http://web.amnesty.org/library/Index/ENGA-MR360012006>. Acesso em: 6 mai. 2007.

BAUER, C. Entrevista com concedida com gravador. Washington, 2007.

BROWN, S. **The faces of power: United States Foreign Policy from Truman to Clinton.** New York: Columbia University Press, 1994.

CHILDERS, E.; URQUHART, Brian. **Renewing the United Nations System.** Suécia: Fundação Dag Hammarskjöld, 1994.

DANREM, P. **Haiti in the balance**: implications for the UN and OAS. Washington: Inter American Defense College Press, 2005.

DIEHL, P. **International peacekeeping**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

DRUCKMAN, D.; STERN, P. Evaluating peacekeeping missions. **Mershon International Studies Review**, v. 41, p. 151-65, 1997.

DUNCAN, W. R. Yugoslavia's breakup. In: DUNCAN, W. R; HOLMAN JR, G. Paul. **Ethnic nationalism and regional conflict**: the former Soviet Union and Yugoslavia. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994. p. 19-51.

EINSIEDEL, S.; MALONE, D. Peace and democracy for Haiti: a UN mission impossible? **International Relations**, v. 20, p. 153-174, 2006.

FAIRES, D. **The secret of success**: peacekeeping operations in Mozambique and Somalia. Publicado em: fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://www.is.rhodes.edu/Modus/99/3.html>>. Acesso em: 5 mai. 2007.

GISSELQUIST, R. To rid the scourge of war: un operations and today's crises. **World Peace Foundation**, v. 31, p. 1-44, 2002.

HALIM, O. The UN in Mozambique and Angola: lessons learned. In: GINIFER, J. (Ed.). **Beyond the emergency**: development within UN peace missions. London: Portland, 1997.

HAWRYLAK, M.; MALONE, D. Haiti, again! A tough peacebuilding task. **Policy Options**, v. 5, p. 30-49, 2005.

JOHANSEN, R. UN peacekeeping: how should we measure success? **Mershon International Studies Review**, v. 38, p. 307-10, 2005.

KAWAGUTI, L. **A república negra**: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti. São Paulo: Globo, 2006.

KRAUSE, K.; MUGGAH, R. A true measure of success? The discourse and practice of human security in Haiti. **The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations**, p. 129-140, 2006.

MUGGAH, R. Securing Haiti's transition: reviewing human insecurity and the prospects for disarmament, demobilization, and reintegration. **Small Arms Survey**, v. 4, p. 5-201, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The comprehensive report on lessons learned from United Nations Operation in Somalia (UNOSOM). Publicado em: março 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/lessons/UNOSOM.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2007.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Failed justice or the rule of law?** Challenges ahead for Haiti and the International Community. Disponível em: <<http://www.oas.org>>. Acesso em: 7 mai. 2007.

PERITO, R. The American experience with police in peace operations. **Canadian Peacekeeping Press**, v. 15, n. 2, p. 20-79, 2002.

PIRNIE, B.; SIMONS, W. **Soldiers for peace**: critical operational issues. Santa Mônica, 1996.

SILVA, A. **A intervenção humanitária em três quase-Estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

STUART, J. **Dark side of peacekeeping women's international league for peace and freedom.** Disponível em: <<http://www.peacewomen.org/news/July%2003/darksidepk.html>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE PEACEKEEPING. Cost comparison of actual UN and hypothetical U.S operations in Haiti. Report to the subcommittee on oversight and investigations, committee on international relations, house of representatives, GAO-06-331, 2006. Disponível em: <<http://www.gao.gov>>. Acesso em: 15 set. 2007.

WEISTEIN, J. Mozambique: a fading UN success story. **Journal of Democracy**, v.13, n. 3, p. 1-16, 2002.

WOODWARD, Peter. **US foreign policy and the horn of Africa.** Londres: Aldershot, 2006.